

Mesa 01 - Palestra 3

Palestrante: **José Henrique de Souza** - Coordenador-Geral da RIDE do Distrito Federal e Entorno - SCO/MI

Estamos diante de grandes desafios. Muitas são as propostas e estudos não implantados, no decorrer desses anos. Eu tive a oportunidade de visitar algumas prefeituras. A população está clamando que aconteça algo o mais rápido possível. E as coisas não acontecem no Entorno.

Quero começar com esse roteiro: o tamanho da RIDE, desafios, oportunidades, potencialidades, estratégias, os Arranjos Produtivos Locais - APLs, políticas integrativas e engenharia territorial.

No DF e Entorno - RIDE, complexo urbano com três unidades federativas - Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais.

Desafios:

- a) Necessidade de implementação de novas atividades condizentes com as peculiaridades potenciais de cada região;
- b) Integração das ações e participação do setor público, privado e da comunidade;
- c) Estabelecimento de programas de desenvolvimento e integração dos setores regionais por meio de APLs, que acreditamos ser uma grande alavanca do crescimento do Entorno;
- d) Necessidade de potenciais produtivos e de emprego;
- e) Limitações culturais e logística a vencer. Fortalecimento do cinturão da RIDE, preservando determinadas atividades de comercialização e industrialização;
- f) Desenvolvimento de um polo de produção articulado com a produção agrícola já existente. Há um potencial muito grande na agricultura, no agronegócio, que precisa ser incentivado;
- g) Garantia da competitividade pela adoção de moderna tecnologia, e capacitação dos recursos humanos e desenvolvimento de diversos segmentos;
- h) Intensificação da vocação regional acumulada.

O território é construído como uma estrutura polinucleada de bacias produtivas. Precisamos agrupar esses pequenos e micros produtores em bacias para que possam, literalmente, crescer.

Precisamos revitalizar o Porto Seco na fronteira de Valparaíso e Distrito Federal, para escoamento da produção do DF e Entorno. Se a linha de trem passar ao lado do Porto Seco, poderá fazer uma grande diferença.

Existem dois polos industriais importantíssimos aqui no Entorno. Anápolis, onde se poderia instalar a linha de maquinário para implemento da agricultura de uma forma muito mais ampla; o polo de Luziânia e Cristalina com ingredientes industriais - fertilizantes, remédios, vitaminas etc.

Temos um grande centro de capacitação - UnB, e um grande polo, próximo ao Gama. Santo Antônio do Descoberto, Alexânia, Abadiânia podem fazer a diferença desses micros e pequenos produtores.

A grande dificuldade nossa hoje é preparar a logística da produção do Entorno. Ressaltamos a importância da integração e da organização das atividades em um território, com ações integrativas e especializadas, por bacias produtivas.

Consolidação e construção de núcleos agroubanos, contendo projetos urbanos, subprefeituras, redes de água, serviços de transportes públicos, sistema de drenagem, habitações em diferentes níveis.

A engenharia territorial é outro ponto. Quando uma cidade tem a infraestrutura predefinida atrai negócio, atividade, desenvolvimento e crescimento econômico;

O desenvolvimento econômico atrai projetos de infraestrutura, projetos complementares, serviços públicos e projetos industriais.

Finalizando, quanto às políticas integrativas, o grande segredo é a união entre as universidades públicas e privadas, o setor público, a comunidade, com um grande movimento para que as coisas aconteçam. Os governos federal, estadual, e municipal sozinhos, não conseguiram fazer as coisas acontecerem. Precisamos de uma grande aliança, uma grande mudança.

Mesa 02

Tema: As distintas dimensões da área de influência de Brasília

Coordenador: **Jacques Pena** - Secretário da Casa Civil
da Governadoria do Distrito Federal

Mesa 02 - Palestra 1

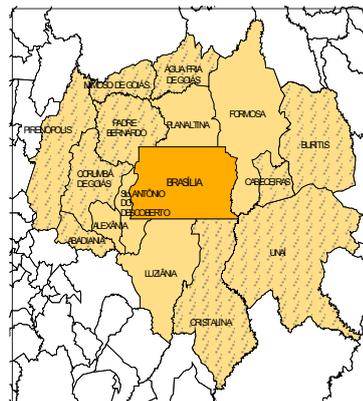
Palestrante: **Diana Motta** - Pesquisadora de Políticas
Públicas e Estudos - IPEA

Brasília é uma metrópole nacional e núcleo de uma área metropolitana que abrange o Distrito Federal e 10 municípios goianos - Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de

Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás, os quais constituem-se em uma única “comunidade socioeconômica”.

Em âmbito regional/ urbano, Brasília e Goiânia formam um único sistema urbano regional, “eixo” de grande dinamismo demográfico e econômico do Brasil - Central, confirmados pelos dados do Censo / 2010. O seu papel na rede urbana e importância no desenvolvimento urbano e regional do país são reconhecidos desde 2000, em estudos e pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Universidade de Campinas - Unicamp, e pelo projeto do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal.

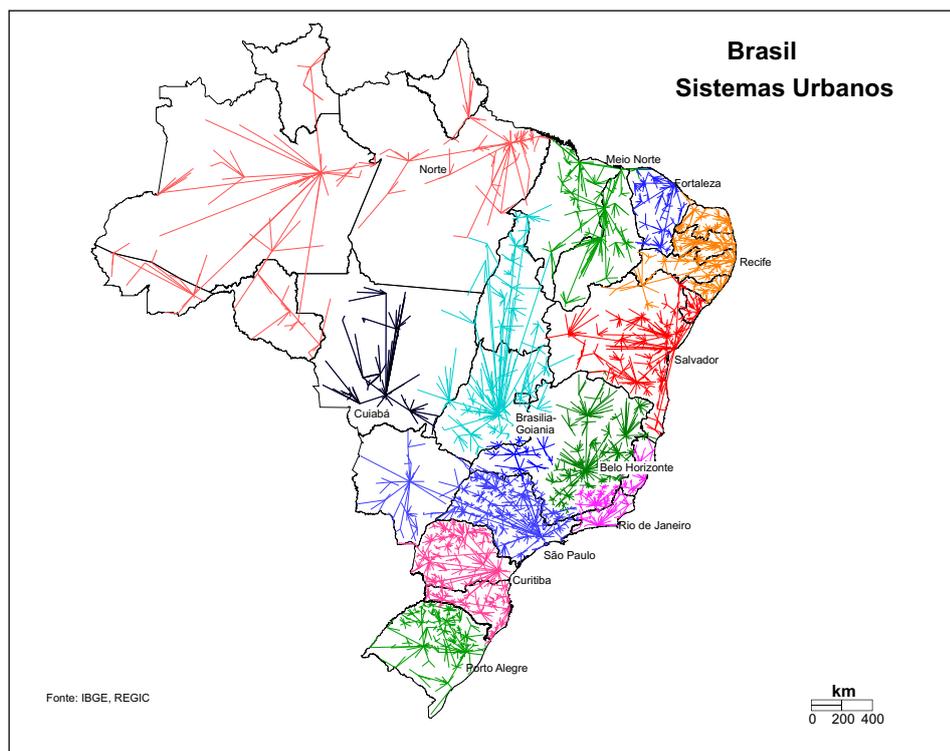
6- AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA DE BRASÍLIA
(Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE)



Fonte: Base Digitalizada 1991, IBGE

LEGENDA

- Brasília: núcleo metropolitano
- municípios da aglomeração urbana metropolitana
- municípios que integram a RM oficial mas que não preenchem os critérios selecionados
- limites municipais



DELIMITAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA

Evolução da População na Área Metropolitana de Brasília - 1960 a 2006

	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2006*
Área Metropolitana	208.098	625.916	1.357.198	1.980.432	2.368.119	2.748.086	3.326.832
Núcleo Metropolitano	140.164	537.492	1.176.935	1.601.094	1.821.946	2.047.794	2.383.784
Municípios da Área Metropolitana	67.934	88.424	180.263	379.338	546.173	700.292	943.048
Águas Lindas de Goiás	-	-	-	-	61.478	105.379	168.919
Alexânia	8.022	9.390	12.124	16.472	18.623	20.083	22.689
Cidade Ocidental	-	-	-	-	33.147	40.375	48.778
Formosa	21.708	28.874	43.298	62.982	68.704	78.647	92.331
Luziânia	27.444	32.807	80.089	207.674	106.695	140.813	187.262
Novo Gama	-	-	-	-	60.497	74.297	96.442
Padre Bernardo	4.637	8.381	15.857	16.500	16.879	21.496	25.220
Planaltina de Goiás	6.123	8.972	16.172	40.201	58.578	73.546	98.491
Sto. Antônio Descoberto	-	-	12.725	35.509	46.194	51.717	78.996
Valparaíso de Goiás	-	-	-	-	75.380	93.960	123.921

Fonte: IBGE.

*Estimativa. Motta e Nogueira, 2007.

É necessária a institucionalização da Área Metropolitana de Brasília para viabilizar a execução de políticas públicas a partir de projetos estruturantes e prioritários com ações focalizadas nas escalas metropolitana, regional e urbana. Deve ser estabelecida uma estratégia de desenvolvimento contemplando a “*integração*” institucional, espacial e social - do DF e dos municípios integrantes da área metropolitana, com ações e implantação de infraestrutura nas áreas de saneamento, habitação, educação, saúde, logística, transportes (estradas e ferrovias), atuando em áreas urbanas precárias para a melhoria dos serviços e dos equipamentos públicos e comunitários, com a participação do setor público, iniciativa privada e sociedade.

É preciso inovação e novas formas de atuação interfederativa do Distrito Federal e dos municípios da Área Metropolitana de Brasília para a implantação das políticas públicas, com instrumentos institucionais e ações que “unifiquem” territórios, simplificando sua execução e garantido sua eficácia.

As principais ações e políticas públicas para a Área Metropolitana de Brasília e em âmbito regional/urbano devem visar especialmente:

- planejar o crescimento urbano e regional. O setor público deve atuar na gestão territorial inclusiva e de resultados e dirimir desigualdades e melhoria das condições sociais, econômicas e ambientais.
- instituir a política fundiária para promover a titulação e a regularização de terras urbanas e rurais.
- aumentar a capacidade de investimento dos municípios e a participação do setor privado no desenvolvimento urbano, com parcerias, consórcios, entre outros.

- promover a integração da Área Metropolitana de Brasília com a sua área de influência e as cidades médias em relação à infraestrutura, promoção de programas habitacionais e ampliação dos serviços públicos e por meio da melhoria das conexões aéreas, rodoviárias e ferroviárias.
- melhorar as condições de vida da população pobre no combate à pobreza, com foco nas áreas urbanas precárias, favelas e loteamentos clandestinos, promovendo a urbanização e habitação progressiva.
- atrair investimentos e aumentar a produtividade urbana, gerar emprego e renda.
- promover o fortalecimento institucional das prefeituras e da gestão municipal. Aperfeiçoar e fortalecer o planejamento e a gestão urbana, instituindo uma nova governança inclusiva, com abordagem holística visando superar deficiências legais, técnicas e burocráticas; aperfeiçoar a legislação para refletir a realidade e as condições socioeconômicas da população e melhorar os sistemas de informação/capacitação técnica e agilidade na gestão.

Mesa 02 - Palestra 2

Palestrante: **Marília Steinberger** - Professora e pesquisadora da UnB

Antes de discutir a área de influência de Brasília, tema desta mesa, quero agradecer a Júlio Miragaya pelo convite. Aceitá-lo me dá a oportunidade de fazer reflexões sobre uma configuração territorial que inclui a Brasília cidade, o quadrilátero que a envolve, o entorno que o abraça, além de se estender pelo Brasil Central, pelo Centro-Oeste, por outras partes do país e quiçá do mundo. Uma configuração territorial que é regional.

Quero também deixar registrado que não poderia me furtar de estar presente neste momento em que a Codeplan resgata a idéia de pensar Brasília de maneira mais abrangente: a sua inserção regional. Assim, considero que este seminário representa um marco de duas retomadas em termos da formulação e implantação de políticas públicas no Governo do Distrito Federal (GDF): a da Codeplan e a do regional de Brasília.

A retomada da Codeplan pode ser associada a uma fênix que ressurgiu das cinzas após ver seu nome (con)fundido com inúmeros fatos de malversação de recursos que ocorreram no GDF nos dois últimos anos. No meu entender, este seminário expressa a disposição e, eu diria mais, a determinação da Codeplan reassumir seu papel na estrutura institucional do GDF. Papel chave de órgão de planejamento e pesquisa, com todas as atividades aí compreendidas - desde a manutenção de uma base de dados atualizada, a elaboração de estudos, até a promoção de eventos como este que trazem propostas e incentivam o debate.

Quanto à retomada do regional de Brasília, em princípio, é preciso explicar o contexto institucional em que se situa. Remete-nos a 1975 quando o Governo Federal, no II PND, criou o Programa da Região Geoeconômica de Brasília, conhecido como PERGEB. Coube ao IPEA/Ministério do Planejamento, definir as linhas de ação do programa e delimitar a região (1). Também nos remete a meados dos anos 1990 quando o Ministério do Planejamento, por meio da Secretaria de Políticas Regionais, definiu a Mesorregião de Águas Emendadas que logo depois foi encampada pelo Ministério da Integração Nacional (2) e ainda hoje está entre as suas áreas de atuação.

A dizer por ambas as definições parece que o regional de Brasília é assunto do Governo Federal. Entretanto, cabe questionar essa afirmação. Será que, pelo fato de Brasília ser a capital do país, compete somente ao Governo Federal pensar a sua inserção regional? Acredito que não, apesar da história do planejamento do DF desmentir essa crença. Vejamos.

Embora não se possa desconhecer que a partir de meados dos anos 1970, no âmbito do GDF, foram elaborados vários planos (3), praticamente todos eles se restringiram ao território do quadrilátero. Esta constatação autoriza a dizer que o planejamento realizado foi um exercício de pensar o DF para dentro, mas não para fora. Em outras palavras, foi muito urbano, talvez um pouco rural e nada regional.

A despeito disso, vale destacar que, no início dos anos 1990, os PDOTs passaram a conter capítulos sobre o denominado “Entorno” do DF. Porém, eram cartas de intenções que não se traduziram em ações regionais. A postura adotada em tais capítulos não reconhecia a existência de uma região formada pelo DF e o Entorno, mas apenas uma preocupação de que a população residente nos municípios próximos estava crescendo aceleradamente e cada vez mais sugava os serviços do DF.

E veio a RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (4). Alguns acharam que ela “obrigaria” a um pensar regional no GDF. Mas isso não aconteceu. Sua gestão foi para o Ministério da Integração, comprovando novamente que o regional de Brasília era assunto do Governo Federal, mormente por se tratar de uma região que envolvia três unidades da federação - DF, Goiás e Minas Gerais.

Nos anos 2000, surgiram iniciativas, como a do Ministério do Meio Ambiente de elaborar um Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) para a RIDE. As dificuldades políticas e institucionais de levar a cabo projetos regionais, a exemplo deste que até hoje não se concretizou, atestam a quase impossibilidade de um pensar regional.

Diante do exposto, não é exagero concluir que o GDF no decorrer dessas décadas não deu a devida importância ao regional. Ora, se o regional de Brasília vem sendo conduzido pelo Governo Federal e se o GDF não o assumiu, afinal, em que consiste a retomada desse regional de Brasília a qual fiz referência no começo desta palestra?

A retomada está em compreender que o regional é inerente à Brasília. Ela já nasceu regional pela sua concepção de cidade-capital projetada no centro e no interior do país. Brasília não passou a ser regional porque foi ganhando uma ampla área de

influência ao longo do tempo. Foi concebida para ter uma área de influência. Não na acepção clássica de polo regional que incentivaria atividades econômicas industriais capazes de irradiar os efeitos do crescimento para uma área maior que o quadrilátero do DF, mas pelo fato de ser fronteira urbana e entroncamento rodoviário entre a parte meridional e setentrional do país. Atualmente, essa “regionalidade” salta aos olhos. Os dados do Regic/IBGE confirmam isso.

Nesse sentido, o contexto do regional de Brasília é anterior ao institucional de 1975, com a criação do PERGEB. Está no contexto histórico que nos remete aos anos 1950, ou seja, à decisão de construir Brasília. Entretanto, essas idéias, que estão na gênese do regional de Brasília, “brigam” com a necessidade de preservar a mono função político-administrativa da Brasília capital. Daí porque o GDF não o assumiu. Daí porque o Governo Federal o assumiu.

Por onde andou esse pensar sobre o regional de Brasília? Andou na academia, principalmente no Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade de Brasília (NEUR/UnB) do qual sou pesquisadora. O regional de Brasília sempre me foi muito caro. Foi e ainda é um de meus temas prediletos.

Para apresentar as reflexões que anunciei ao abrir a minha fala, vou utilizar algumas memórias. Memórias alheias e memórias próprias dos meus trabalhos desde o final dos anos 1980 que pararam em 2006 pela sensação de estar me repetindo e não encontrar eco.

Dentre as memórias alheias escolhi as do economista Paulo Timm, um dos diretores da Codeplan, que recentemente publicou um artigo intitulado “Brasília e seus destinos”. Reporta-se a um dos seus primeiros escritos nos idos de 1974: “*Sete teses equivocadas sobre a cidade*”. Selecionei uma destas teses para trazer aqui: “Brasília não estava pronta, acabada, como muitos pretendiam. Ainda deveria ser tratada como um PROJETO FEDERAL PRIORITÁRIO, com seus desdobramentos (...) regionais e econômicos devidamente planejados.”(caixa alta do autor). À guisa de conclusão, diz que além das “famosas escalas da cidade, a monumental, a gregária e a bucólica, acrescentaria a regional” que pode contribuir para fundar um debate mais qualificado sobre a cidade.

As memórias de Timm me permitem introduzir a noção de escala. No senso comum a palavra escala é freqüentemente confundida com tamanho. Todavia, escala não é tamanho. Tem um significado específico que possui várias acepções. A mais comum é a cartográfica. Outra é a escala geográfica que, geralmente, é abordada em três níveis - o local, o regional e o nacional, mas recentemente ganhou mais um - o mundial ou internacional. Por fim, há as escalas de ação que, como o próprio nome diz, estão relacionadas às intenções explícitas ou implícitas de uma dada intervenção a ser compreendida.

Aqui, vou me aprofundar um pouco sobre a acepção geográfica para trazer um novo desdobramento da noção de escala: a trans-escalaridade. Trata-se da possibilidade de abordar não as escalas local, regional, nacional e mundial separadamente, mas admitir a sua complementaridade, interseção e até mesmo superposição. Guardemos esta idéia, pois ela será importante para a proposta final que pretendo fazer.

Passando para as memórias próprias, começo mostrando alguns recortes de uma pesquisa que fiz para a Codeplan em 1989, cujos resultados apresentei em um seminário sobre a “Industrialização do Distrito Federal”. Na ocasião eu dizia: “não há sentido falar em política de industrialização para Brasília como cidade ou para o quadrilátero do Distrito Federal. Se, de fato, se quer pensar seriamente em uma política de industrialização (...) é preciso ampliar essas fronteiras e tomar uma região (...) constituída por quatro escalas de assentamento industrial. Uma delas seria a escala local que é a do Plano Piloto e das cidades-satélites, quer dizer, o DF. Outra escala seria a do entorno, que é a periferia imediata do DF(...). A terceira seria a escala chamada de regional, a da geoeconômica de Brasília, e a quarta seria a (...) supra-regional. Ela extrapola os limites da região geoeconômica e vai incluir polos como Goiânia, Rio Verde, Itumbiara, Uberlândia, Patos de Minas, chegando até Barreiras na Bahia”.

No mesmo seminário também mencionei as duas premissas adotadas na pesquisa. “A primeira é que Brasília e o Distrito Federal sozinhos não têm condições nem efetiva nem potencialmente de abrigar uma industrialização de certo peso. Uma segunda premissa é que a região definida já se beneficiou e vai se beneficiar muito ainda da criação de Brasília. E Brasília também precisaria se beneficiar dela. Então, na realidade, é uma idéia de haver uma simbiose entre o DF e essa região.”

Dando continuidade às minhas memórias, destaco o capítulo “Formação do aglomerado urbano de Brasília no contexto nacional e regional”, publicado em 1999 no livro *“Gestão urbana: conflitos e cidadania”*, com base nos achados de uma pesquisa feita pelo NEUR para o IPEA. O propósito era ressaltar que o explosivo crescimento urbano em volta do DF não podia ser considerado uma novidade porque “Brasília já tinha tudo para configurar um aglomerado urbano desde a sua instalação. Custa a crer que os planejadores (...) não imaginassem que o transbordar do crescimento do DF fosse ocorrer, pois o contexto histórico local, regional e nacional desde a época da implantação da capital já permitia vislumbrar essa perspectiva.” No final do capítulo, afirmo que “a solução dos problemas urbanos de Brasília passa por uma definição de política que seja simultaneamente urbana e regional, contemplando a sua ligação com o aglomerado urbano, seu papel na região Centro-Oeste e no país, e não apenas como capital o que equivale a romper com a mono funcionalidade. Essa imbricação urbano-regional deriva da sua posição geoestratégica e geopolítica.”

Posteriormente, no livro *“Brasília: controvérsias ambientais”*, publicado em 2003, escrevi um capítulo sobre “Zoneamento Ecológico-Econômico: instrumento geoestratégico”. Ao discorrer sobre a história das tentativas de se elaborar um ZEE para o DF desde o final dos anos 1980, propus que se começasse a “especular sobre a idéia de uma Região Ambiental de Brasília, levando em conta sua inserção no cerrado, no Centro-Oeste e no aglomerado urbano.” Sugerir que essa especulação deveria partir das seis delimitações regionais conhecidas: Geoeconômica, AMAB, IBGE/GO, Aglomerado Urbano, RIDE e Mesorregião de Águas Emendadas.

Os recortes dos três trabalhos citados tiveram a intenção de dizer a vocês que a minha preocupação com o regional de Brasília já vem de algum tempo. Dizer também que essa preocupação sempre esteve associada à área de influência dos diversos tipos de regionalização existentes, em especial a geoeconômica.

Decorridos mais de 20 anos, vejo que a pesquisa sobre a industrialização era uma proposta regional que já continha a trans-escalaridade, embora o termo não existisse. Vejo também que a discussão sobre o Aglomerado Urbano era trans-escalar, pois a formação desse aglomerado devia ser compreendida no contexto das escalas local, regional e nacional. Por fim, a idéia de região ambiental, deixou implícita a trans-escalaridade do cerrado como bioma nacional, do Centro-Oeste reconhecidamente regional e do aglomerado urbano local que inclui o DF.

Hoje, advogo que a retomada do regional de Brasília vá além da delimitação de sua área de influência. Por quê? Porque quando se fala em área de influência está se falando na influência de uma cidade, no caso, de Brasília. É quase tão ruim quanto falar de cidade-satélite (satélite de Brasília), ou de Entorno (entorno de Brasília). Admite-se que tudo conflui de uma cidade e/ou para uma cidade.

É verdade que Brasília comanda uma região, pois como disse antes, ela já nasceu regional. Entretanto, o reconhecimento desse fato, não implica necessariamente em centrar o planejamento regional somente em Brasília, mas admitir que ela não exista sem a inserção regional. A região é tão importante quanto Brasília.

Nesse sentido, fluxos e escalas são as palavras de ordem para se (re)pensar o regional de Brasília. Fluxos de pessoas, mercadorias, serviços, informações e idéias. Escalas que representem a trans-escalaridade contida em uma configuração territorial que pode ser, ao mesmo tempo, contínua e descontínua.

Olhando para os objetivos deste seminário, percebo que seus idealizadores o organizaram com o intuito de formular diretrizes gerais do Plano de Desenvolvimento (Sustentável?) da Região Geoeconômica de Brasília e debater a delimitação da área de influência de Brasília. Cabe indagar porque a Região Geoeconômica, se o PERGEB foi concebido para preservar Brasília. Era um programa preventivo contra o Entorno. Parece que ele está na contramão de uma simbiose intra e inter-regional. Além disso, alerta quanto ao nome que se está dando ao plano de agora, pois todo cuidado é pouco quando se dá ao filho o mesmo nome do pai. A base do PERGEB era predominantemente econômica. Atualmente, devem-se incluir outras dimensões, a exemplo da ambiental e da cultural.

Encerro minhas reflexões com mais uma pergunta: O que há de novo para a Codeplan retomar o regional de Brasília? O novo está em não ignorar que o regional de Brasília sob a lente do Governo Federal é importante porque evidencia a escala nacional. Todavia, ele é distante. O fundamental e próximo, é o caminho de pensar o regional a partir dos vários atores envolvidos. O GDF, por meio da Codeplan, poderia abrir esse caminho.

Notas:

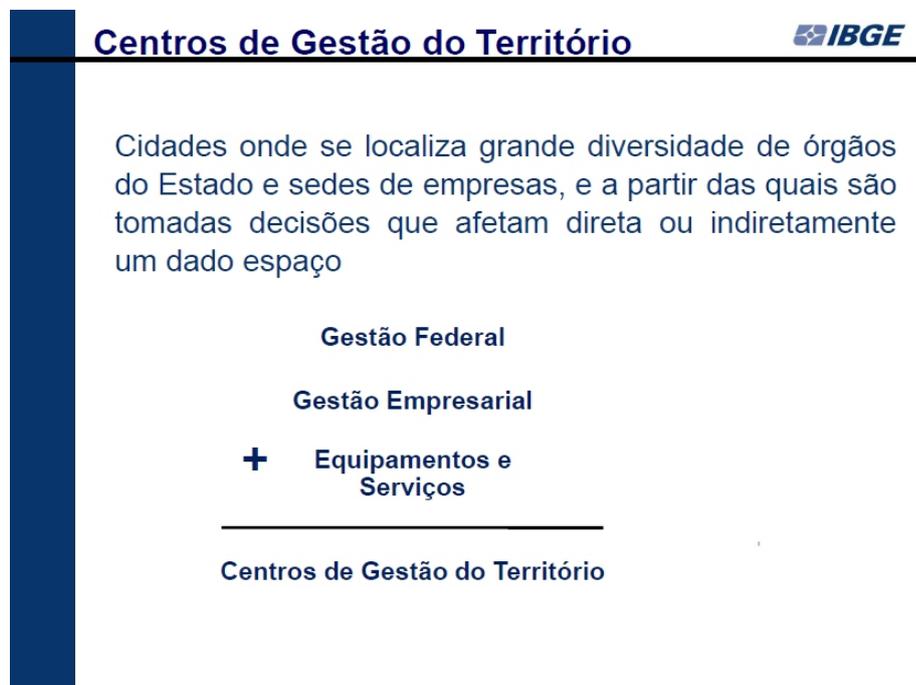
- (1) Exposição de Motivos nº 115, Jun. de 1977.
- (2) Bases para as políticas de integração nacional e desenvolvimento regional, Nov. de 2000.
- (3) Plano de Expansão e Organização Territorial (PEOT), Plano de Ocupação Territorial (POT), Plano de Ocupação e Uso do Solo (POUSO) e Planos Diretores de Ordenamento Territorial (PDOTs).
- (4) Criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998.

Mesa 02 - Palestra 3

Palestrante: **Mônica O'Neill** - Técnica da Diretoria de Geociência do IBGE

O estudo Regiões de Influência das Cidades - REGIC (2008) foi elaborado na Coordenação de Geografia do IBGE. Definiu a hierarquia dos centros urbanos e delimitou as regiões de influência a eles associadas. A pesquisa partiu dos aspectos de gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços, de modo a identificar os pontos do território, a partir dos quais são emitidas decisões e é exercido o comando em uma rede de cidades. Para tal, foram utilizados dados de pesquisa específica e, secundariamente, dados de outros levantamentos também efetuados pelo IBGE, bem como registros provenientes de órgãos públicos e de empresas privadas.

O estudo definiu ainda os centros de gestão do território, considerando a identificação dos centros de gestão federal e empresarial, utilizando informações secundárias provenientes de órgãos federais: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, Secretaria da Receita Federal - RSF, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, órgãos da Justiça Federal Comum e da Justiça Federal Especializada, entre outros (REGIC 2008).



Delimitação das regiões de influência

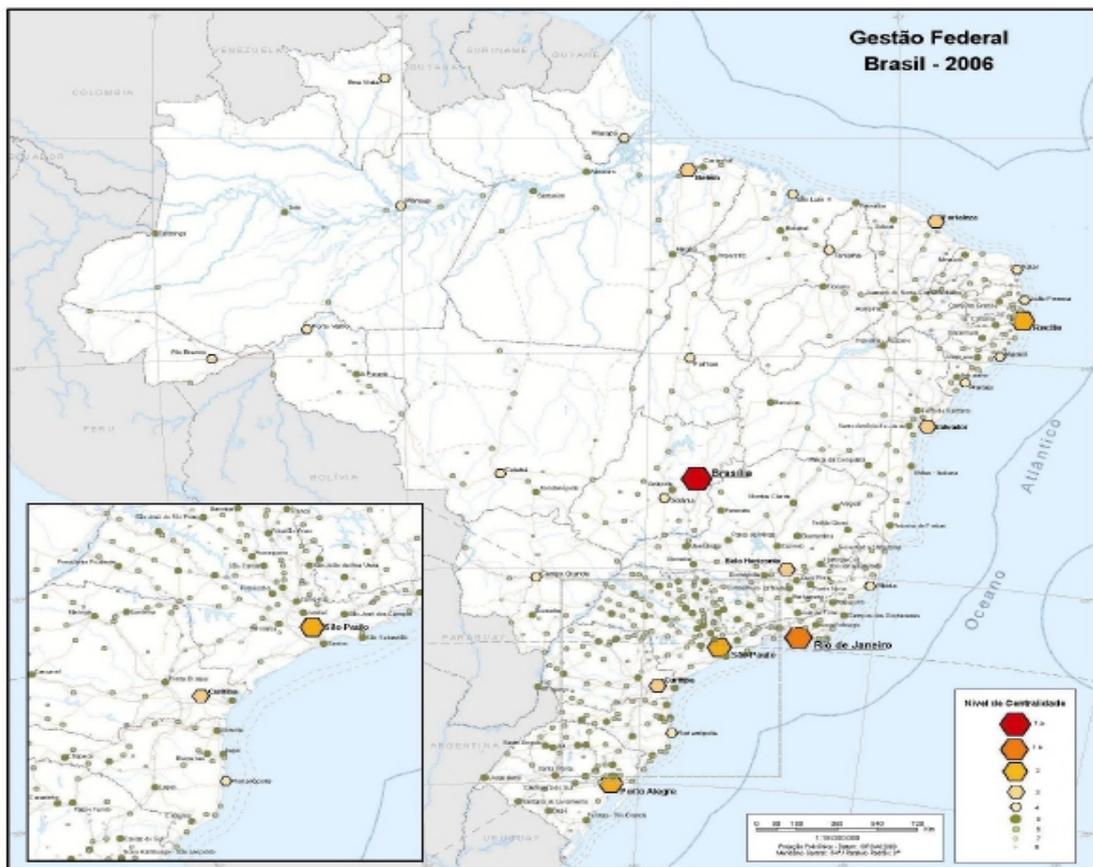


Centros de
Gestão do
Território

ligações foram
estudadas com base em
dados secundários

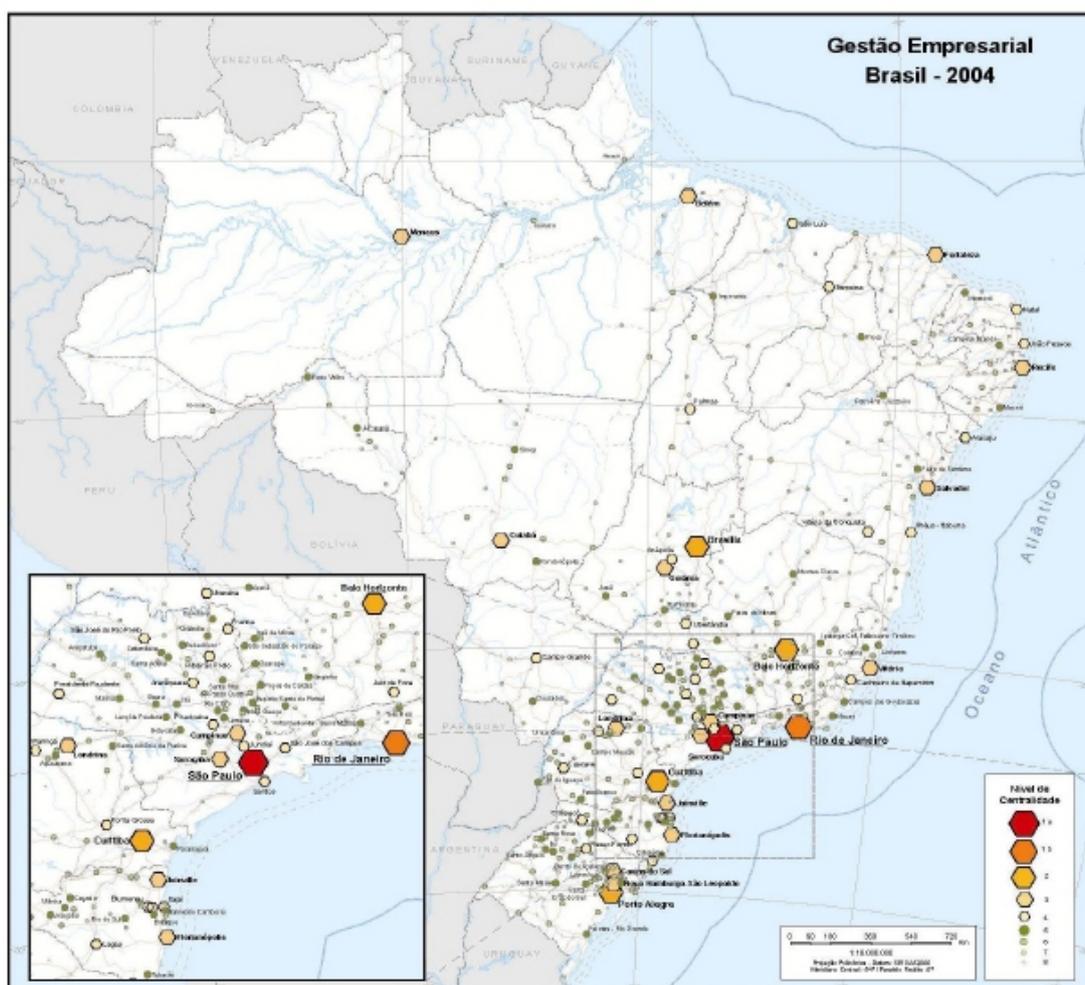
- ★ Gestão federal
 - INSS
 - Receita
 - MTE
 - Justiça
- ★ Gestão empresarial
- ★ Critério complementar: Saúde (internações SUS)

Hierarquia da Gestão Federal



O Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, do IBGE (2004), referente ao endereço das unidades locais das empresas, a relação das 1.000 maiores empresas da revista *Exame* (segundo o valor das vendas) e das 1.000 maiores empresas do jornal *Valor econômico* (segundo a receita líquida) definiram os centros de gestão empresarial. Outros estudos sobre diferentes equipamentos e serviços complementaram as informações para identificação dos 711 centros de gestão territorial.

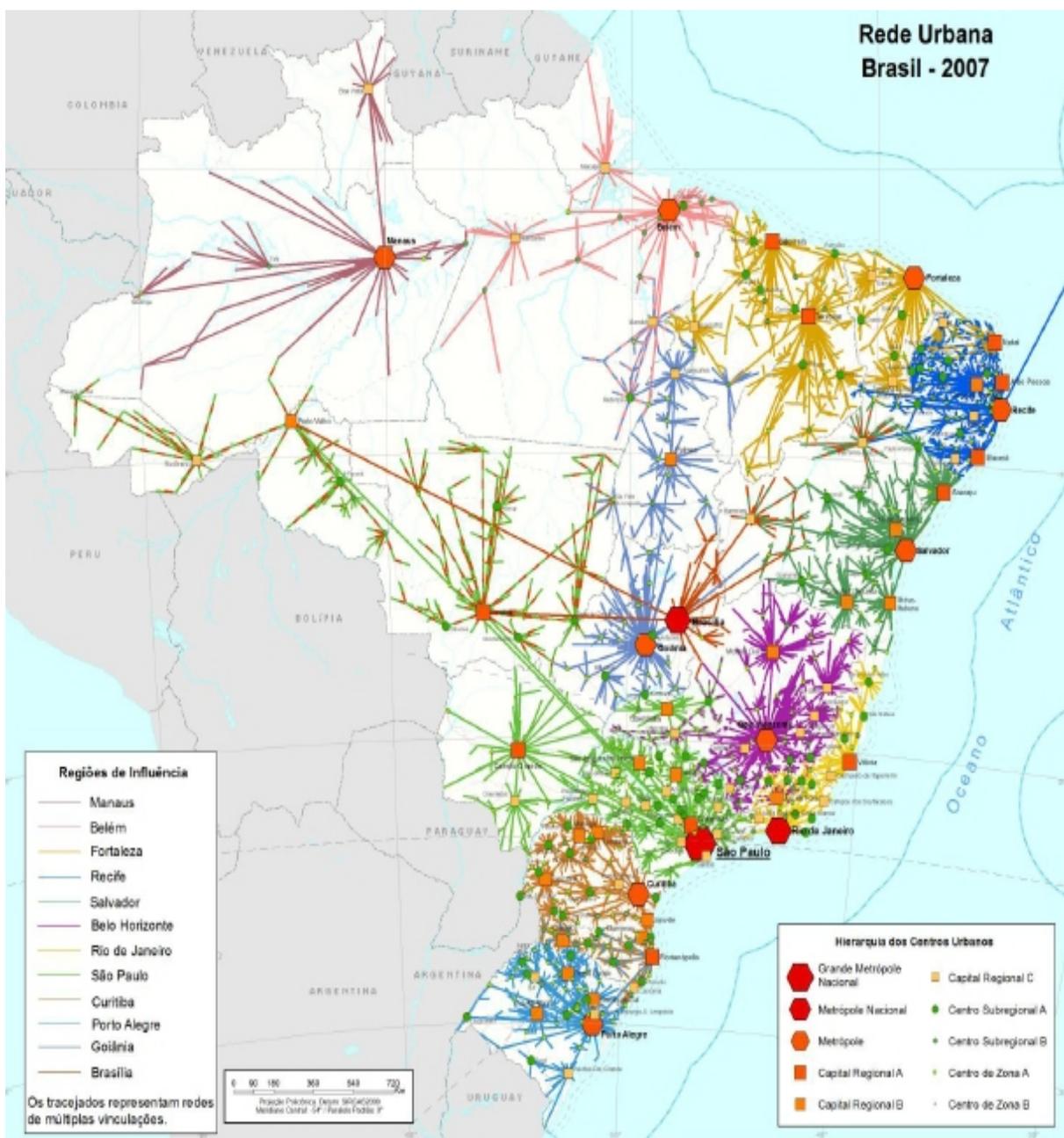
Hierarquia da Gestão Empresarial



Nos 4.625 municípios que não foram classificados como centros de gestão, foi aplicado um questionário pela Rede de Agências do IBGE e teve como objetivo identificar as ligações entre cidades, investigando as principais ligações de transportes coletivos e os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter produtos e serviços específicos (REGIC, 2008).

Quanto aos resultados da pesquisa na rede urbana brasileira foram identificados cinco níveis hierárquicos. Os centros, segundo a hierarquia, são, pela ordem de

importância, as metrópoles, as capitais regionais, os centros sub-regionais, os centros de zona e os centros locais. Os resultados ressaltam a magnitude do sistema urbano, onde as 12 metrópoles e suas áreas apresentam diferenças na arquitetura, destacando, neste aspecto, o número de centros de hierarquia intermediária, o montante de municípios que compõem cada rede, a população e a área coberta pelas redes. São 549 centros com hierarquias entre capital regional e centro de zona no Centro-Sul e 399 nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.



Hierarquia dos centros urbanos - Metrôpoles



12 principais centros urbanos do País, caracterizados pelo grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de extensa área de influência direta

- a. **Grande metrópole nacional** – São Paulo, o maior conjunto urbano do país, e alocado no primeiro nível da gestão territorial;
- b. **Metrópole nacional** – Rio de Janeiro e Brasília, também estão no primeiro nível da gestão territorial;
- c. **Metrópole** – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, constituem o segundo nível da gestão territorial.

Na região Centro-Oeste, duas metrópoles destacam-se, Goiânia (GO) e Brasília (DF), que figura como metrópole nacional devido ao papel de centro concentrador da gestão pública do país. Surge como um modelo moderno de cidade e consolida seu papel na hierarquia do sistema urbano brasileiro por força de sua criação e função de capital federal. Integram a área de influência da metrópole 10 capitais regionais, 10 centros sub-regionais e 44 centros de zona (REGIC, 2008).

A área de atuação direta de Brasília compreende o oeste da Bahia, parte de Goiás e do noroeste de Minas Gerais e divide com São Paulo uma área que engloba os estados do Mato Grosso, Rondônia, Acre e uma faixa nos limites com Amazonas. A rede de Brasília é formada por quatro capitais regionais, Barreiras (BA), Porto Velho (RO), Rio Branco (AC) e Cuiabá (MT), 10 centros sub-regionais, Bom Jesus da Lapa (BA), Barra do Garças, Cáceres, Rondonópolis e Sinop (MT), Ji-Paraná, Cacoal, Ariquemes e Vilhena (RO), Cruzeiro do Sul (AC), além de 44 centros de zona.

Mesa 02- Palestra 4

Palestrante: **Sérgio Jatobá** - Técnico da SEDHAB/DF

Influência urbana e econômica de Brasília

O tema proposto “As distintas dimensões da Área de Influência de Brasília” me faz abordar inicialmente a questão da delimitação da região que está sob a influência de

Brasília. Em função dos diferentes graus dessa influência vou apresentar aqui a sugestão de enfocá-la em três níveis com diferentes escalas de abrangência:

1. Área Metropolitana de Brasília - AMB
2. Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE/DF
3. Região de Influência de Brasília - REGIC 2007

Os dois primeiros níveis podem ser visualizados na figura 1 a seguir.

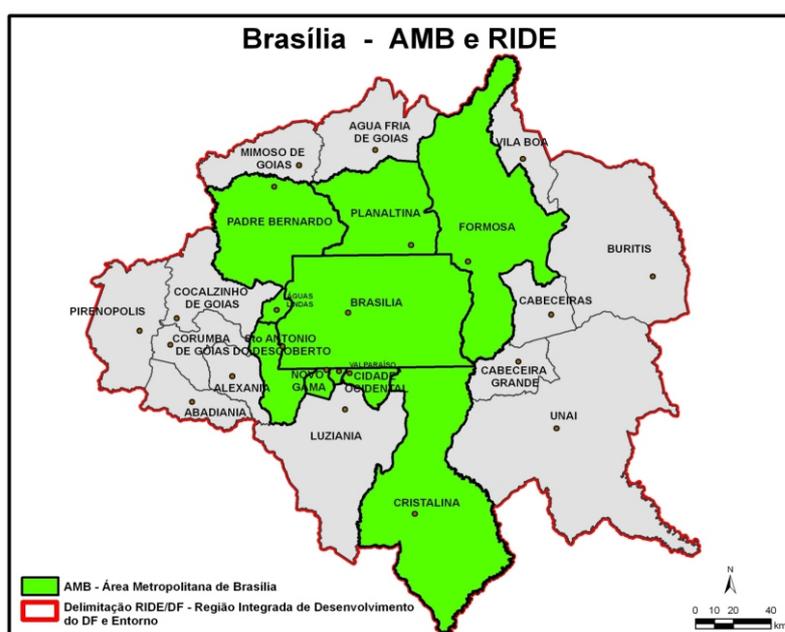


Figura 1 - Área Metropolitana de Brasília - AMB e RIDE/DF

Fonte: Elaboração própria

Quanto ao primeiro nível, o da Área Metropolitana de Brasília - AMB, não há uma delimitação consensual. O IBGE quando se refere à metrópole nacional de Brasília no estudo das Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2007, publicado pelo IBGE em 2008, apresenta como sua delimitação o DF acrescido de 9 municípios: Novo Gama, Valparaíso, Cidade Ocidental, Cristalina, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Formosa. O critério adotado para esta classificação parece ter sido simplesmente o de confrontação direta com o Distrito Federal, pois estes são exatamente os municípios que fazem limite com o DF.

Miragaya e Cordeiro no trabalho “Delimitação do espaço metropolitano de Brasília: estudo preliminar para subsidiar a proposta de criação da Região Metropolitana de Brasília”, apresentado no Seminário “Alternativas de Gestão Territorial para o Aglomerado Urbano de Brasília” realizado em novembro de 1997, definiram uma delimitação um pouco diferente da classificação do IBGE para a Área Metropolitana de Brasília. A diferença é que esta engloba o DF e mais 10 municípios (Águas Lindas, Alexânia, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso) e inclui Luziânia e

Alexânia, excluindo Cristalina. Esta delimitação também foi adotada no estudo “Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil” realizado pelo IPEA/IBGE/UNICAMP. Esta classificação parece priorizar o relacionamento econômico e utilizou como critério de seleção dos municípios o atendimento aos requisitos para o enquadramento em região metropolitana.

O segundo nível é o da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE/DF, instituída pela Lei Complementar No 94 de 19/02/1998. Inclui 22 municípios, 19 deles estão localizados em Goiás: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa. Os outros 3 municípios estão em Minas Gerais: Unaí, Buritis e Cabeceira Grande.

O terceiro nível é o da Região de Influência de Brasília definida no REGIC 2007. Abrange 298 municípios, quatro capitais regionais, 10 centros sub-regionais e 44 centros de zona. Estes municípios cobrem uma superfície total de 1.760.734 Km² com uma população de 9.680.621 habitantes e representavam 5,26% da população do País e 6,6% do PIB nacional em 2005. A figura 2 mostra as conexões e abrangência da Região de Influência de Brasília.

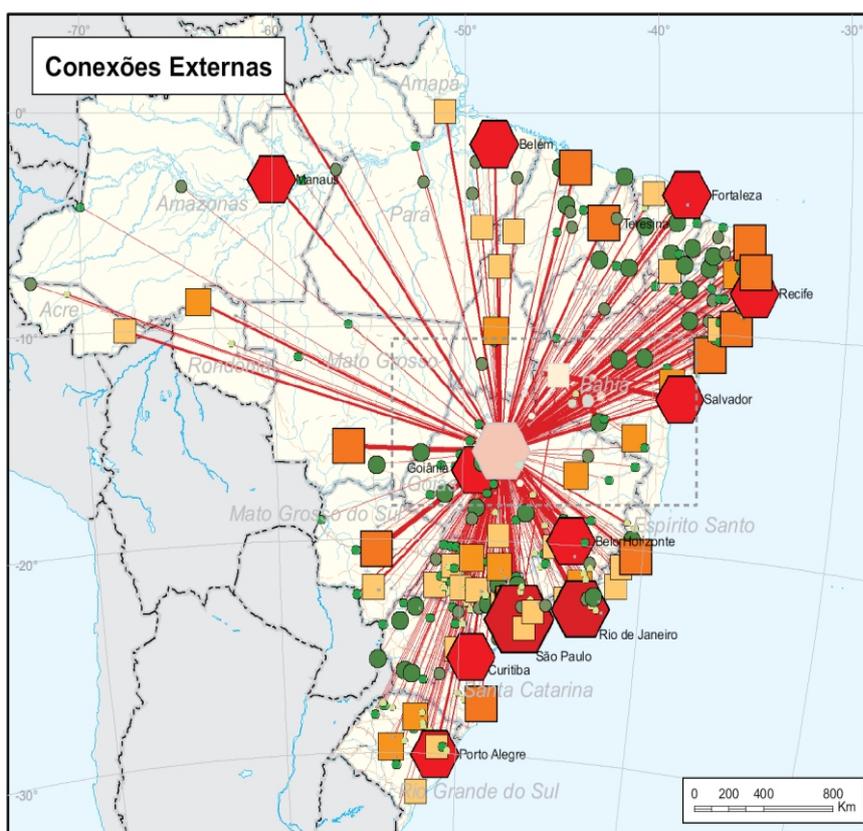


Figura 2 - Região de Influência de Brasília

Fonte: REGIC 2007/IBGE

È interessante destacar que destes três níveis, o que apresenta um crescimento populacional mais expressivo é o da Área Metropolitana de Brasília. Os dados do Censo 2010 já divulgados apontam 2.562.963 habitantes no DF e 940.709 habitantes nos 9 municípios da metrópole nacional de Brasília, apresentada no estudo das Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2007, acrescidos de Luziânia. A população da Área Metropolitana de Brasília - AMB, assim definida, totalizava em 2010 3.503.672 habitantes, enquanto a RIDE, excluído o DF, teria 1.152.725 habitantes em 2010. Comprova-se por estes números que a maior concentração populacional na área de influência de Brasília, de fato, situa-se nos dez municípios que compõem a sua área metropolitana.

A Tabela 1 mostra a evolução do crescimento populacional no DF e na sua área metropolitana.

Tabela 1 - Crescimento Populacional no DF e Área Metropolitana de Brasília - AMB

Município	Pop. em 2000 (hab.)	Pop. em 2010 (hab.)	Cresc. pop
Águas Lindas de Goiás	105.746	159.505	50,8 %
Valparaíso	94.856	132.947	40,1%
Novo Gama	74.380	100.084	27,7%
Santo Antônio do Descoberto	51.897	61.791	21,7%,
Cidade Ocidental	40.377	55.883	38,4%.
Formosa	78.651	100.084	27,2 %
Planaltina de Goiás	73.718	81.612	10,7 %
Cristalina	34.116	46.568	36,4 %
Padre Bernardo	21.514	27.689	28,7 %
Luziânia	141.082	174.546	23,7%.
Sub-total dos Municípios sem DF	716.337	940.709	31,32 %
DF	2.051.146	2.562.963	24,9%
Pop AMB (DF + 10 municípios)	2.767.483	3.503.672	26,6 %

Percebe-se, observando a tabela, o grande crescimento populacional no DF no período 2000/2010, quase 25%, o que representa praticamente o dobro da média nacional, 12,3% no mesmo período. Mas se considerarmos só os 10 municípios da AMB, sem incluir o DF, este percentual ainda foi mais elevado: 31,32%, chegando a atingir 50,8% em Águas Lindas; 40,1%, Valparaíso; 38,4%, Cidade Ocidental e 36,4%, Cristalina.

Outro ponto a abordar, é o dos resultados apresentados no mais recente estudo das Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2007, quanto à Região de Influência de Brasília. O REGIC 2007 já foi apresentado aqui pela colega Mônica O'Neill, do IBGE, mas eu gostaria de voltar ao tema para destacar alguns pontos do estudo referentes à Região de Influência de Brasília. O estudo aponta uma expansão considerável na rede de cidades sob influência de Brasília e o crescimento do grau de importância dessa rede em relação às demais regiões de influência identificadas no estudo. Elenco aqui algumas informações da REGIC 2007, e também de outras fontes, que demonstram este fato:

- Brasília foi elevada à categoria de metrópole nacional, categoria anteriormente só atribuída a São Paulo e Rio de Janeiro;
- a ascensão de Brasília da categoria de “Centro Regional B” em 1972 para a categoria de “Capital Regional”, em 1978, “cabeça de rede” no estudo com referência em 1993 até atingir em 2008 o atual status de metrópole nacional. Para uma cidade jovem, essa performance é inédita na história da urbanização brasileira.
- a Região de Influência de Brasília passa a ser a 3ª maior rede de influência urbana no país e abrange municípios situados em Goiás, noroeste de Minas e oeste da Bahia. Comanda, em conjunto com São Paulo, as redes de Cuiabá e Porto Velho, o que amplia em muito a sua área, pois atinge Mato Grosso, Rondônia, Acre e pequena parcela do Amazonas;
- é a que detém o mais alto PIB per capita entre todas as redes (R\$ 15.683,00), em 2007;
- Brasília, considerada como só DF, tem o maior PIB per capita entre as unidades da federação do país e o segundo maior PIB per capita entre as capitais (R\$ 37.600), em 2007;
- Brasília, em conjunto com mais quatro capitais, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba, detêm 25% do PIB nacional;
- Brasília produz 3,8% das riquezas do país e está atrás somente de São Paulo e Rio de Janeiro;
- Brasília, também está na mesma posição em relação ao valor adicionado dos serviços, correspondendo a 5,6% do total do país, não muito longe do Rio de Janeiro que detém 6,3%;
- Brasília tem vantagem hierárquica nas redes de cidades, isso deve-se ao fato de ser a sede da grande maioria das instituições públicas federais e o grande centro de coordenação do País;
- Brasília tem, como as outras duas metrópoles nacionais, relações com todo o território e ocupa o segundo hub¹ de ligações aéreas intermetropolitanas, atrás somente de São Paulo (IBGE, 2008).

Diante destes fatos e dados não se pode deixar de reconhecer a rápida ascensão econômica de Brasília em apenas 50 anos de sua existência. Isso se deve, evidentemente, à sua condição de capital federal, centro do poder político do país, sendo a administração pública o motor da economia local, diferente de outros centros

¹ O aeroporto de uma cidade é hub de ligações aéreas quando é o centro de distribuição de voos de uma ou mais companhias aéreas.

econômicos nacionais. Segundo dados do IBGE, a participação da administração pública na economia local chegou a 49% em 2006, evoluindo em relação a 2002, quando era de 48,3%, este é o mais alto percentual entre as capitais. Em relação ao país, Brasília tem 1,3% de participação nos serviços adicionados decorrentes da administração pública no PIB nacional, só fica atrás de São Paulo e Rio de Janeiro. Para efeito de comparação, em São Paulo, cujo maior percentual nos serviços adicionados decorrentes da administração pública no PIB nacional (5,9%) a administração pública participa somente com 5,5% no PIB local.

Entretanto, o peso da administração pública na economia de Brasília não é um fato novo. Cidade administrativa por excelência, a economia local sempre gravitou em torno da administração pública, mesmo que o número de funcionários públicos tenha diminuído percentualmente em relação ao total de trabalhadores no DF. Miragaya no trabalho “Estratégia para o desenvolvimento sustentável de Brasília e seu Entorno”, publicado pelo IBRASE/SEBRAE em 2008, tabula dados da Codeplan e do IBGE² para apresentar valores que reforçam ainda mais o papel da administração pública na economia local. Em 2004, a participação dos serviços públicos, que incluem administração pública, comércio, intermediação financeira, transporte, armazenamento, comunicação e outros serviços no PIB local atingiram 92,5%. Só a administração pública contribuiu com 59,3%. Comparados aos dados de 1980, que apresentavam 81,7% para o total dos serviços públicos e 33% para a administração pública, comprova-se uma evolução na participação dos serviços na economia de Brasília e da administração pública em particular.

Uma das explicações, mas não a única, da importância crescente da administração pública na economia local é o crescimento da massa salarial do funcionalismo público no DF. A pesquisa do Cadastro Central de Empresas - Cempre 2006, divulgada pelo IBGE, em 2008, afirma, com base em dados de 2006, que os servidores públicos detêm 65% da massa salarial no DF, embora representem atualmente só 40% do total dos empregados. Este percentual era de 60% em 1996 e vem crescendo em razão dos ganhos salariais dos servidores públicos, proporcionalmente maiores dos que os dos demais trabalhadores. A pesquisa informa ainda que em 2006 foram pagos R\$ 28,7 bilhões em salários no DF, o que equivale a 5,7% do volume total do país e representa mais do que a soma de todos os outros estados da Região Centro-Oeste.

A média salarial do trabalhador brasiliense, a mais alta do país, é de R\$ 2.117,00, mais do que o dobro da média nacional que é de R\$ 1.036,00. Mas a desigualdade de renda e a sua concentração são igualmente altas. O DF é a unidade da federação com o maior índice de Gini em 2008 (0,631) e a taxa de desocupação é de 11,15%, muito superior à média nacional de 7,1%. Destaca-se que entre a faixa etária de 18 a 24 anos, a taxa de desocupação atingiu o seu mais alto nível com 22,3%.

Os dados relativos à economia do DF evidenciam o papel polarizador de Brasília na Região Centro-Oeste e explicam o crescimento da sua rede de influência. Isto se deve à presença do governo federal e do peso das ligações empresariais de todo o país com a capital, mas também decorrem dos serviços demandados pela administração

² Com a ressalva que houve mudança da metodologia de cálculo do PIB pelo IBGE, o que pode explicar alguma discrepância de dados em relação aos dos apresentados no estudo PIB dos municípios do IBGE, publicado em 2008.

pública na capital e do alto poder de compra de uma parte de sua população. Inegavelmente são os recursos da administração pública federal e distrital, em grande parte compostos por repasses do governo federal, que dinamizam a economia local. A alta renda per capita dos brasilienses aliada aos serviços contratados e às compras efetuadas pela administração pública federal e do DF às empresas daqui faz com que um considerável volume de recursos circule na economia local, criando um círculo virtuoso que tem tornado o DF um dos mais dinâmicos e atraentes polos de crescimento econômico no país.

Brasília se consolidou como o principal centro polarizador de desenvolvimento no interior do país, um projeto geopolítico traçado 200 anos antes da sua inauguração. Miragaya, em texto integrante da Coletânea Brasília - 50 Anos, da capital a metrópole, apresenta dados que dão conta de que a Região Centro-Oeste vem tendo, desde o final do Século. XIX, um crescimento econômico e demográfico extraordinário, só comparável ao do oeste norte-americano na segunda metade do século XIX, e ao da ocupação da Sibéria Ocidental, na Rússia, nas três primeiras décadas do século XX. Contudo, conforme Miragaya, foi a partir da implantação de Brasília que este processo se intensificou e transformou o Centro-Oeste na macrorregião de maior crescimento do país e sua participação no PIB nacional passou de 3,8% em 1970 para 8,5% em 2006. O Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento afirma que a ocupação da zona central do país foi impulsionada pelo avanço do agronegócio, mas também pelo que chama de “o mais importante movimento concreto da política de desenvolvimento regional brasileira, que foi a instalação da nova capital do país” (...), na citação literal do documento. Este Estudo também afirma que “com sua conexão com a vizinha Goiânia e seus eixos de acesso ao Centro-Sul, em direção ao Triângulo Mineiro e São Paulo e a Belo Horizonte e Rio de Janeiro”, Brasília cumpriu sua vocação de polo irradiador de desenvolvimento no Centro-Oeste.

Por outro lado, a macrorregião central do país é marcada por uma ocupação desigual e fortemente polarizada por três grandes centros apenas: Brasília, Goiânia e Uberlândia. O Eixo Brasília - Goiânia concentra 45% da população urbana do Centro-Oeste. As fortes desigualdades regionais na região central do país se expressam no fosso de PIB que separa Brasília e os municípios da sua área metropolitana. Miragaya, no trabalho já citado, desenvolvido para o IBRASE/SEBRAE em 2008, apresenta dados que informam que, enquanto em 2004 o PIB do DF era de 43,5 bilhões de reais, o PIB de todos os municípios do que esse autor considera o entorno metropolitano de Brasília³ era de somente 3,02 bilhões de reais, que representa somente 6,5% do total. A área metropolitana de Brasília é a que apresenta a maior desigualdade entre o município pólo e os demais municípios na comparação com as outras regiões metropolitanas do Brasil, nas quais este percentual é em média superior a 50%. Isto se reflete na forte concentração de emprego e renda no Núcleo Metropolitano do DF.

As disparidades socioeconômicas no interior do DF e entre o DF e os municípios da sua área metropolitana se traduzem na forte segregação socioespacial que o caracteriza desde a sua origem e que agora também ocorre do DF em relação à sua periferia metropolitana e desta com as cidades pobres da sua região de influência. A

³ O entorno metropolitano de Brasília é composto, conforme Miragaya (2008), pelos municípios de Águas Lindas, Alexânia, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso.

favorável condição estratégica de Brasília aponta para um cenário de prosperidade econômica crescente, mas também de acentuação das desigualdades sociais e territoriais. Quase 50 anos depois do deslocamento da capital para interior do país evidencia-se que a ação do Estado foi eficaz na criação de um polo de desenvolvimento descentralizado. Contudo, o padrão de desenvolvimento resultante é altamente desigual e desequilibrado. Além disso, a concentração econômica e populacional da área metropolitana de Brasília tem sobrecarregado as infraestruturas físicas e sociais e produzido uma pressão ambiental crescente.

Tomando como base o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2009, elaborado pelo Banco Mundial, podemos fazer alguma inferência com a realidade do DF e sua área de influência. Este Relatório afirma que a experiência empírica permite concluir que a concentração econômica e populacional produz concentração de renda, de poder associadas ao aumento da desigualdade social e da segregação espacial. Concentração econômica e populacional também produz mais pressão sobre as infraestruturas (físicas e sociais) e sobre o meio ambiente. Analisada quanto a estes mesmos aspectos, pode se dizer que Brasília confirma a tese do Banco Mundial.

A condição de capital federal de um país em desenvolvimento e que retomou seu ciclo de crescimento econômico, só interrompido no período de 1980 a 2000, fez da cidade um polo concentrador de riqueza e população que em 50 anos a transformou na terceira metrópole nacional mais influente. Os contrapontos a esse quadro de prosperidade econômica são o acirramento das desigualdades socioespaciais entre o centro dinâmico e a periferia paupérrima, transferida para fora do DF e o aumento das pressões ambientais no seu interior.

Concluo, portanto, afirmando que em Brasília a dinâmica econômica de base terciária e quaternária, diversa do modelo industrial que caracterizou o crescimento das principais aglomerações urbanas brasileiras, combinada com uma estrutura urbana polinucleada gerou uma metrópole com um alto grau de segregação socioespacial e que extrapolou os limites do DF. A diferença abissal entre o PIB da rica capital e o PIB das cidades que gravitam na sua periferia pobre e dependente dá a medida do papel polarizador de Brasília, confirmado pelo crescimento da sua rede de influência.

Crescendo a taxas demográficas maiores do que as demais capitais brasileiras, Brasília desde 2007 já é a quarta cidade mais populosa do país e tende a se tornar a terceira metrópole brasileira em população e em importância econômica, superada apenas por São Paulo e Rio de Janeiro. Mas ao contrário das duas tradicionais megalópoles nacionais, que tendem a ter redução na sua população e no crescimento urbano no futuro, a singularidade da morfologia urbana de Brasília combina disponibilidade de área para expansão urbana com potencial para adensamento das áreas consolidadas.

As características próprias da capital federal e a proximidade do poder têm atraído grandes grupos empresariais para a cidade, desde gigantes da indústria farmacêutica até as maiores empreiteiras do país. Diante disso, pode se prever que a concentração econômica e populacional deve aumentar com todas as suas consequências danosas para o equilíbrio social e ambiental. A experiência histórica e estudos da nova geografia econômica que deram base ao Relatório sobre o

Desenvolvimento Mundial 2009, já citado nessa palestra, confirmam que a concentração econômica e populacional acentua as desigualdades sociais e territoriais. No entanto, segundo essa linha, haveria expectativas de que as desigualdades tendem a se reduzir na medida em que o crescimento econômico avança e há uma convergência crescente nos padrões de renda e qualidade de vida da população. Essa maior convergência, porém, se irradiaria a partir do centro próspero para a sua periferia imediata. Pode se prever, baseado nessa teoria, que a convergência de renda e qualidade de vida aumente no DF, tornando-o mais elitista em relação à sua área de influência, que por sua vez também se beneficiaria posteriormente da prosperidade crescente do centro.

Contudo, só a história determinará se, de fato, haverá maior convergência social e se esta começará a reduzir as grandes disparidades socioterritoriais que marcam Brasília desde o seu nascedouro. A questão é saber se o círculo virtuoso do dinamismo econômico, proporcionado pela maior densidade urbana e demográfica em Brasília, irradiará os frutos da sua prosperidade para a sua periferia metropolitana e região de influência ou até quando continuará produzindo desigualdade socioterritorial, sobrecarga sobre as infraestruturas e degradação ambiental.

Debate

Renato Andrade dos Santos - Secretário de Estado
do Entorno do Distrito Federal

O desenvolvimento não pode se apoiar somente na dimensão econômica, mas na dimensão social, ambiental e democrática.

A questão do desenvolvimento rural é outro tema sempre esquecido. Mesmo com todos os problemas nas cidades, a desigualdade no campo é maior. Os serviços públicos, quando existem, são sempre de pior qualidade.

É preciso refletir sobre o modelo de desenvolvimento que se quer para atuar na Região de Influência de Brasília, a fim de não cometermos os mesmos equívocos do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Salvador e outras metrópoles.

É fundamental elaborar um projeto de desenvolvimento rural integrado do Distrito Federal com a Região do Entorno; ampliar a reforma agrária, a agricultura familiar; instalar indústrias e agroindústrias familiares. Da mesma forma, não repetir um modelo de desenvolvimento econômico concentrador que deu errado. A pobreza e a miséria só vão ser erradicadas no Brasil quando tivermos um país cuja riqueza seja distribuída democraticamente. E a distribuição democrática se faz também na área rural. Segundo Júlio Miragaya, quanto mais nos afastamos do centro mais o PIB per capita diminui. Se não houver mudança no modelo de desenvolvimento, tendo essas

dimensões como fundamentais - a econômica, a social, a ambiental e a democrática - não haverá alteração de padrão.

O cofinanciamento é fundamental para uma política social adequada. Não é possível sustentar uma política social no Brasil se não houver financiamento por parte também dos estados. O Governo Federal e os municípios é que colocam recursos, não os estados. Não estou me referindo particularmente a Goiás, que até tem uma política social diferenciada. No Distrito Federal, o Governo Federal transfere recursos que não são executados no orçamento. Uma das questões a implantar com relação à transferência dos recursos federais para o Distrito Federal é acompanhar como está a execução orçamentária.

Ricardo Alvarenga - Secretário do Desenvolvimento Econômico e Turismo de Cristalina

O turismo gera emprego e renda, desenvolvê-lo em Cristalina é uma demanda muito clara. Mas não tem como fazer expansão urbana sem energia, o mesmo ocorre em Santo Antônio do Descoberto. A SANEAGO e a CAESB têm algumas parcerias pouco consolidadas. Temos a empresa Serve, de cooperativismo, que vai atuar nos 15 assentamentos dos Sem-Terra de Cristalina.

É uma ideia muito antiga fazer a ligação férrea a partir de Luziânia, passando pela Cidade Ocidental, Valparaíso, Novo Gama, Santa Maria até a rodoferroviária.

Uma questão fundamental é que o Governo Federal sempre ficou um pouco à margem no momento de tomar as rédeas em relação à RIDE. As ações na RIDE fazem parte de uma Agenda que há muito tempo os prefeitos e o Governo querem implementar. O que se faz necessário agora é pontuar essas ações e iniciá-las. O que compete ao Governo Federal, aos governos de Goiás e do Distrito Federal no que concerne aos recursos que ele vai aportar, e por onde vamos iniciar as ações.

A lei de criação da RIDE deixou de fora parte dos municípios de Minas Gerais, inicialmente pensados para integrar a região. A bancada de Minas Gerais se afastou do debate, e como é bem maior do que a do Distrito Federal, certamente teria maior possibilidade de trazer recursos para a região. O Fundo da RIDE é um pleito que os prefeitos há muito querem implementar.

A região do Entorno aumentou muito a sua participação na Assembleia Legislativa, conta, hoje, com deputados de Águas Lindas, Novo Gama, Formosa, e Luziânia.

O Governo de Goiás e o Distrito Federal muitas vezes esperam uma ação do Governo Federal, mas nem os governos Federal e de Minas não participam, um espera o outro atuar. É preciso conjugar esforços para criar ações pontuais e emergenciais como energia elétrica, água, esgoto, infraestrutura, para desenvolver a região.

**Marconi Moura de Lim - ex-vereador e atual Secretário
de Governo da Cidade Ocidental**

Viajei o país inteiro discutindo o projeto de criação de uma Universidade Federal com as especificidades do Entorno.

No passado, fiz inúmeras críticas aos atores políticos e técnicos. Não havia protagonismo no Entorno. Brasília se erguia e se isolava do Entorno. Gostaria que nós tivéssemos, hoje, um marco legal de comprometimento a partir deste fórum.

Percebemos que a grande Brasília começa a se tornar a Nova Baixada Fluminense, por questões de desemprego e violência.

Existem propostas de um Fundo Constitucional, propostas de um trem metropolitano, e de um Hospital de Base, como hospital de referência. Quando era vereador participei de todas essas discussões com deputados e senadores.

Acho que o Grupo de Trabalho Interministerial - GTI é o que desponta como proposta mais concreta. Depois da década de 70, é a primeira vez que teremos, possivelmente, um decreto presidencial criando um grupo de trabalho que discuta tudo o que já foi discutido no Seminário e está sendo discutido há anos. A imprensa do Brasil precisa saber da criação do GTI.

Vera Lúcia M. Ramos - Secretária Agrária do PT

Tive a oportunidade, muito rica, de conhecer toda a região do Entorno quando estava à frente da então Superintendência Regional do INCRA, no DF e Entorno. A Região do Entorno de Brasília, talvez seja uma das maiores oportunidades do Brasil e nós estamos aqui de braços cruzados. As pessoas vêm de lá, mas vivem toda vida voltadas para o Distrito Federal - o que é um erro em termos de administração, em termos de Governo.

Esta região tem uma grande oportunidade na área rural, mas tem uma oportunidade, ímpar, na área do turismo. Se fizermos um inventário cultural dessa região, vamos nos surpreender. Ao tratarmos de desenvolvimento não podemos esquecer o local, caso contrário nós estaremos destruindo uma grande riqueza.

Portanto, eu pedi a palavra mais para fazer um apelo: vamos trabalhar a Região do Entorno, mas não vamos destruir a Região do Entorno.



SAIN - Projeção H
Ed. Sede CODEPLAN
CEP: 70620-000 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br